



Inclusão social na Escola de Tempo Integral D. Pedro II - na cidade de Porto Nacional – TO
Social inclusion in the Full Time School D. Pedro II in the city of Porto Nacional - TO

Rochelle Lopes Avelino¹
Mariléia Oliveira Bispo²

Resumo

Para falar sobre inclusão escolar é preciso repensar o sentido que se está atribuindo à educação, além de atualizar nossas concepções e ressignificar o processo de construção de todo o indivíduo, compreendendo a complexidade e amplitude que envolve essa temática. O paradigma da inclusão vem ao longo dos anos, buscando a não exclusão escolar e propondo ações que garantam o acesso e permanência do aluno com necessidades especiais no ensino regular. No entanto, o paradigma da segregação nas escolas e, também todas as dificuldades e desafios a enfrentar, acabam por reforçar o desejo de mantê-los em espaços especializados. Assim, a inclusão coloca inúmeros questionamentos aos professores e técnicos que atuam nessa área. Por isso é necessário avaliar a realidade e as controversas posições e opiniões sobre o tema. O presente artigo objetiva conhecer estratégias que a Escola de Tempo Integral D. Pedro II tem trabalhado para ser um espaço de inclusão social. O trabalho de campo iniciou-se no mês de outubro de 2013 com término em junho de 2014. Para tanto, a metodologia de investigação organizou-se por meio de consultas bibliográficas acerca da temática, entrevista com professores; visita técnica para conhecer a estrutura física da escola e elaboração de material fotográfico para esta pesquisa. Entre as estratégias realizadas pela escola está à implantação do Atendimento Educacional Especializado (AEE). Além da implantação do AEE, a escola Dom Pedro II de Porto Nacional passou por uma adaptação na estrutura física e tem a interprete de Libras. Apesar dos avanços na área da educação especial, ainda existem muitas barreiras a serem vencidas.

Palavras-chave: Inclusão social, escola, Porto Nacional

ABSTRACT

To talk about inclusion is necessary to rethink the sense that you are going to education, and to update our ideas and the new meaning of every individual building process understanding the complexity and breath involving this issue. The inclusion paradigm has over the years, seeking not escolar exclusion and a purposing actions to ensure the access and retention of students with special necessities in mainstream education. However the paradigm of segregation in a school and with all the difficulties and challenger ahead, and up reinforcing the desire to keep it in specialized spaces. So, the inclusion poses many questions to teachers and technicians who work in this area. S, it is necessary evaluate the reality and disputed positions and opinions about the term, being so, the present article aims to know strategies that Full Time School D. Pedro II has worked to be a space for social inclusion the fieldwork began in the month of October 2013 ending in June 2014. To this end the research methodology was organized by bibliographic consultations on the subject interviews with the teachers, technical visit to the known physical structures of school and preparation of photographic material for this research. Among the strategies performed by the

¹ Graduada em Geografia pela UFT/Campus de Porto Nacional, rochellelopes23@gmail.com

² Profa. Dra. dos Cursos de Graduação e Mestrado em Geografia da UFT/Campus de Porto Nacional, marcileiabispo@hotmail.com

school, it is the implementation of the Education Service Specialist (ESA). Besides the implementation of the ESA, the School D. Pedro II of Porto Nacional went through an adaptation in the physical structure and has the Pounds interpreters. Despite advances in the field of special education, there are still many barriers to overcome.

Key words: Social Inclusion, school, Porto Nacional.

Introdução

A inclusão, conforme Suzano (2013), é um movimento mundial de luta das pessoas com deficiências e seus familiares na busca dos seus direitos e lugar na sociedade. E na educação formal, tem-se buscado construir um espaço para que inclusão social ocorra, sendo que ao longo de anos a inclusão de alunos com deficiência nas escolas é tema de discussão e implementação de políticas.

Muitos educadores pressupõem que o melhor para os alunos com necessidades especiais seria mantê-los em classes especiais, para que sejam melhores atendidos, já que essa classe por lei deve conter número reduzido de alunos.

Sabemos que cada deficiência humana requer estratégias e materiais específicos e diversificados que auxiliem na aprendizagem. É importante estar atento às pesquisas recentes que contribuem com algum conhecimento que beneficie a inclusão do aluno portador de necessidade especial. Assim também, deve o gestor convocar sua equipe a aceitar desafios para que a escola possa ser representativa da diversidade social, tornando-se mais justa e democrática, desta forma buscamos conhecer a realidade na Escola de Tempo Integral D. Pedro II, em Porto Nacional – TO.

A inclusão social na escola é um grande desafio e o próprio termo já traz implícito a ideia de exclusão, pois, só é possível incluir alguém que já foi excluído. Para falar sobre inclusão escolar é preciso repensar o sentido que se está atribuindo à educação, além de atualizar nossas concepções e resignificar o processo de construção de todo o indivíduo, compreendendo a complexidade e amplitude que envolve essa temática. Também é preciso, uma mudança de paradigma dos sistemas educacionais, onde se centra mais no aprendiz, levando em conta suas potencialidades e não apenas as disciplinas e resultados quantitativos, favorecendo apenas alguns alunos.

O paradigma da inclusão vem, ao longo dos anos, buscando a não exclusão escolar e propondo ações que garantam o acesso e permanência do aluno com deficiência no ensino regular. No entanto, o paradigma da segregação nas escolas e com todas as dificuldades e desafios a enfrentar, acabam por reforçar o desejo de mantê-los em espaços especializados. Assim, a inclusão coloca inúmeros questionamentos aos professores e técnicos que atuam nessa área. Por isso é necessário avaliar a realidade e as controversas posições e opiniões sobre o termo. O presente artigo objetiva conhecer estratégias que a Escola de Tempo Integral D. Pedro II têm trabalhado para ser um espaço de inclusão social.

Nesse contexto, buscamos entender se a Escola de Tempo Integral D. Pedro II está preparada, tanto em estrutura como em especialização dos profissionais para a inclusão social. Para tanto, realizou-se pesquisa por meio de consultas bibliográficas acerca da temática, entrevista com professores; visita técnica para conhecer a estrutura física da escola e elaboração do relatório final de pesquisa. Este artigo estrutura-se em três momentos, além desta introdução e das considerações finais. Primeiramente, trata dos estudos sobre a inclusão escolar. Posteriormente, discute-se a inclusão escolar no Brasil, e, finalmente, apresenta o debate sobre estratégias que a Escola de Tempo Integral D. Pedro II tem trabalhado para ser um espaço de inclusão social.

1 – Inclusão Escolar

A Educação Inclusiva, tomada como uma proposta de aplicação prática ao campo da educação, denominado de inclusão social, proposta como um novo paradigma implica na construção de um processo bilateral no qual as pessoas excluídas e a sociedade buscam, em conjunto, efetivar a equiparação de oportunidades para todos.

Segundo a Declaração de Salamanca (1994):

Cada criança tem direito à educação e deve ter a oportunidade de conseguir e manter um nível aceitável de aprendizagem; a criança é única e tem características, interesses, capacidades e necessidades de aprendizagem que lhe são próprias; os sistemas de educação devem ser planejados e os programas educativos implementados tendo em vista a diversidade destas características e necessidades; as crianças e jovens com necessidades especiais devem ter acesso às escolas regulares, cabendo a escola se adequar através de uma pedagogia centralizada no potencial da criança, e de suas necessidades; as escolas regulares, através desta orientação inclusiva, constituem os meios capazes para combater as atitudes discriminatórias, criando comunidades abertas e solidárias, construindo uma sociedade justa e com educação para todos; além de, promover eficiência, ótima relação custo-qualidade, de todo o sistema educativo.

Na declaração de Salamanca pede-se que as instituições escolares verifiquem as necessidades do educando, e se ajuste de forma adequada e inclusiva. A inclusão social e os direitos humanos são expressões de justiça social e fundamentam-se nos princípios de uma sociedade democrática e na compreensão da diversidade humana e é concebida como "[...] o processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir em seus sistemas gerais, pessoas com necessidades especiais" (SASSAKI, 1997, p. 41 apud SOARES e PAULINO, 2009).

O desafio a ser vencido é construir e pôr em prática no ambiente escolar com uma pedagogia que consiga ser comum ou válida para todos os alunos, porém capaz de atender diferencialmente aos alunos cujas características requeiram um trabalho diferenciado (BEYER, 2007, apud SOARES e PAULINO, 2009).

No desafio da inclusão para atender a todos e da melhor forma, a escola atual precisa mudar, essa tarefa de mudar a escola exige trabalho em diversas frentes. Assim, cada escola ao envolver-se nessa causa terá que encontrar soluções próprias para seus problemas. As mudanças necessárias não acontecem por acaso e nem por decreto, mas fazem parte da vontade política do grupo da escola, que devem ser explicitadas no seu Projeto Político Pedagógico (PPP) e vividas a partir de uma gestão democrática, sendo assim, os desafios das mudanças devem ser assumidos e decididos pelo coletivo escolar (ROPOLI et.al. 2010).

A organização de uma sala de aula é atravessada por decisões da escola que afetam os processos de ensino e de aprendizagem. Assim, os horários e rotinas escolares não dependem somente de uma única sala de aula: o uso dos espaços da escola para atividades a serem realizadas fora da classe precisa ser combinado e sistematizado para o bom aproveitamento de todos; as horas de estudo dos professores devem coincidir para que a formação continuada seja uma aprendizagem colaborativa; a organização do Atendimento Educacional - AEE não pode ser um mero apêndice na vida escolar ou da competência do professor que nele atua.

Há um conjunto de normas, regras, atividades, rituais, funções, diretrizes, orientações curriculares e metodológicas, proveniente de diferentes instâncias burocrático-legais do sistema educacional que formam o arcabouço pedagógico e administrativo das escolas de uma rede de ensino.

O reconhecimento de que a realidade escolar é dinâmica e depende de todos dá força e sentido à elaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP) de uma escola, compreendido não apenas como qualquer documento exigido pela burocracia e administração escolar, mas como registro de significados a serem outorgados ao processo de ensino e de aprendizagem, que demanda tomada de decisões e acompanhamento de ações consequentes. Ressalta-se também o caráter coletivo e a necessidade de participação de todos no PPP (SANTOS 2010).

E ainda, conformes Santos (2010, p.13):

Muitas decisões precisam ser tomadas pelas escolas ao elaborarem seus Projetos Político Pedagógicos, entre as quais destacamos algumas, que estão diretamente relacionadas com as mudanças que se alinham aos propósitos da inclusão: fazer da aprendizagem o eixo das escolas, garantindo o tempo necessário para que todos possam aprender; reprovar a repetência; abrir espaço para que a cooperação, o diálogo, a solidariedade, a criatividade e o espírito crítico sejam praticados por seus professores, gestores, funcionários e alunos, pois essas são habilidades mínimas para o exercício da verdadeira cidadania; valorizar e formar continuamente o professor, para que ele possa atualizar-se e ministrar um ensino de qualidade.

É comum a escola seguir outros caminhos, adotando práticas excludentes e paliativas, sendo assim não pode dar o salto qualitativo que a inclusão demanda. Essas escolas se adequam a soluções utilitárias, prontas para o uso, soluções essas que são alheias à realidade de cada instituição educacional. O que acontece nessas práticas é que elas admitem o ensino individualizado para os alunos portadores de necessidades especiais e/ou problemas de aprendizagem; currículos adaptados; terminalidade específica; métodos especiais para ensino de pessoas com necessidades especiais, avaliação diferenciada; categorização e diferenciação dos alunos; formação de turmas buscando a homogeneização dos alunos (SANTOS, 2010).

Na situação da sala de aula e das práticas de ensino, a mobilização do professor e/ou de uma equipe escolar na busca de uma transformação educacional como no caso da inclusão não ocorre de maneira semelhante em todas as escolas. Ainda que tenha um Projeto Político Pedagógico que oriente as ações educativas da escola, é necessário existir uma entrega, uma disposição individual ou grupal de sua equipe de se expor a uma experiência educacional diferente das que estão habituados a viver. Para que haja qualquer transformação ou mudança verdadeira, as pessoas precisam ser tocadas pela experiência.

As mudanças não ocorrem pela simples adoção de práticas diferentes de ensinar. Elas dependem da elaboração dos professores sobre o que lhes acontece no decorrer da experiência educacional inclusiva que eles se propuseram a viver.

2 – Inclusão escolar: leis e o caso do Brasil

Os caminhos trilhados até então para que a escola brasileira ampare a todos os alunos, indistintamente, têm se chocado com o caráter eminentemente excludente, segregativo e conservador do nosso ensino, em todos os seus níveis: do básico ao superior (MANTOAN, 2006).

No Brasil, temos a Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação (SEESP), que é responsável pela coordenação, implementação, supervisão e fomento da Política Nacional de Educação Especial, que tem como função identificar oportunidades, estimular iniciativas, gerar alternativas e apoiar negociações que encaminhem o melhor atendimento educacional às pessoas com necessidades educativas especiais, garantindo, assim a sua integração escolar e social (JESUS, 2005).

O debate sobre o assunto "inclusão" vem acontecendo no Brasil há várias décadas, no entanto, um grande número dos alunos com necessidades especiais ainda estão fora das escolas. A inquietude maior está em oferecer à criança com alguma necessidade especial,

além do espaço físico em sala de aula, o respeito e a compreensão pelas suas habilidades. Reconhecer que um indivíduo possui limitações não significa que não seja participativo e capaz de aprender. Seria um ponto de partida para refletir o como trabalhar as diferenças de modo a satisfazer as necessidades básicas e sua inclusão no meio social (SOARES e PAULINO, 2009).

Em contrapartida, as leis e declarações que fundamentam o movimento de inclusão por si só não bastam. Muitos documentos relevantes afirmam e comprovam a prática da Educação Inclusiva, como a Conferência Mundial de Educação para Todos, realizada em 1990 em Jomtien na Tailândia. Porém, no dia a dia das escolas, reconhecem-se diferenças entre o que é proposto e o que é feito na prática. A grande barreira está no despreparo dos professores do ensino regular em receber esses alunos. Assim, a Lei de Diretrizes e Bases Nacionais (LDB) 1996, reserva um capítulo para embasar a educação especial, o que reafirma o direito de educação pública e gratuita aos deficientes (SOARES e PAULINO, 2009).

No ano de 1994, em Salamanca, na Espanha, ocorreu a Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais, que foi decisiva e cooperou para estimular a Educação Inclusiva em todo o mundo.

A Declaração de Salamanca, tem como princípio norteador que as escolas deveriam acolher a todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, lingüísticas e outras. Esta declaração foi adotada pelo Brasil e por diversos países e organizações internacionais. Assim, nos sistemas educacionais, nota-se que houve reforma dando ênfase nesse assunto, já que as escolas precisam atender as necessidades de cada educando (SOARES e PAULINO, 2009).

Conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), lei 9.394/96 (Brasil, 1996), o artigo 58 esclarece que a Educação Especial é a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais. Seguem em destaque os parágrafos do artigo 58 desta lei:

1-Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial;

2- O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular;

3- A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil (BRASIL, 1996).

Ainda de acordo com a Lei de Diretrizes, o artigo 59, inciso I, II, III e IV da lei 9.394/96 (Brasil, 1996), os sistemas de ensino assegurarão aos educando com necessidades especiais tratamento diferenciado, ou seja:

I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos para atender às suas necessidades;

II - terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

IV - educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora (BRASIL, 1996).

Conforme a Revista Nova Escola (*apud* SOARES e PAULINO, 2009), o desdobrar da Educação Especial no Brasil segue desde 1859. Apresentamos a seguir alguns elementos :

- ✓ 1854 Problema Médico: Dom Pedro II funda o Imperial Instituto dos Meninos Cegos no Rio de Janeiro e não há preocupação com a aprendizagem.
- ✓ 1954 Ensino Especial: é fundada a primeira Associação de Pais e amigos (APAE), na qual o ensino especial surge como opção para escola regular.
- ✓ 1961 LDB Inova: proclamada a lei de Diretrizes e Bases de Educação Nacional (LDB), a qual garante o direito da criança com deficiência à Educação, preferencialmente na escola regular.
- ✓ 1971 Retrocesso Jurídico: foi estabelecida a Lei nº5692/71 que determina "tratamento especial" para crianças com deficiência.
- ✓ 1973 Segregação: é criado o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP) que tem a perspectiva de integrar os alunos que acompanhar o ritmo de estudos, os demais estudantes se ingressariam na Educação Especial.
- ✓ 1988 Avanço na Nova Carta: a Constituição estabelece a igualdade no acesso à escola. O Estado deve dar atendimento especializado, de preferência na rede regular.
- ✓ 1989 Agora é Crime: aprovada a Lei nº7853/89 que criminaliza o preconceito. Esta lei só entrou em vigor apenas em 1999.
- ✓ 1994 Influência Externa; Mesmo Ritmo: a Declaração de Salamanca define políticas, princípios e práticas da Educação Especial e influi nas políticas públicas da Educação. No Mesmo Ritmo, a Política Nacional de Educação Especial condiciona o acesso ao ensino regular àqueles que possuem condições de acompanhar "os alunos ditos normais".
- ✓ 1996 LDB Muda Só Na Teoria: a Nova Lei atribui às redes de ensino o dever de assegurar currículo, métodos, recursos e organização para atender às necessidades dos educandos.
- ✓ 1999 Decreto nº3298: é criada a Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, e define a Educação Especial como ensino complementar.
- ✓ 2001 As Redes se Abrem; Direitos: a Resolução CNE/CEB2 divulga a criminalização da recusa em matricular crianças com deficiência, com isso aumentou o número de dessas crianças no ensino regular. Em relação aos direitos, o Brasil promulga a Convenção de Guatemala, que define como discriminação, com base na deficiência, o que impede o exercício dos direitos humanos.
- ✓ 2002 Formação Docente; Libras Reconhecida; Braile em Classe: a Resolução CNE/CP1 define que o ensino superior deve preparar os professores na formação acadêmica para atender alunos com necessidades especiais. A Lei nº10436/02 reconhece a língua brasileira de sinais como meio de comunicação e expressão. Em relação ao Braile em Classe, houve a Portaria nº2278/02 que aprova normas para uso, o ensino, a produção e difusão do braile em todas as modalidades de Educação;
- ✓ 2003 Inclusão se Difunde: O Ministério da Educação (MEC) cria o Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade, que forma professores para atuar na disseminação da Educação Inclusiva;
- ✓ 2004 Diretrizes Gerais: o Ministério Público Federal reafirma o direito à escolarização de alunos com e sem deficiência no ensino regular;
- ✓ 2006 Direitos Iguais: convenção aprovada pela Organização das Nações Unidas (ONU) estabelece que as pessoas com deficiência tenham acesso ao ensino inclusivo;
- ✓ 2008 Fim da Segregação; Curva Inversa; Confirmação: a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva define: todos devem estudar na escola comum. Já a Curva Inversa ocorreu devido o fato, pela primeira vez, o número de crianças com deficiência matriculadas na escola regular ultrapassa a quantidade das que se encontram na escola especial. Em 2008, ocorreu a confirmação, pois o Brasil ratifica a convenção dos direitos das pessoas com deficiência, da ONU, fazendo da norma parte da legislação nacional.

Nota-se por meio deste desenrolar histórico da educação especial no Brasil que a Educação Especial passou por várias reformas legislativas e políticas. Pode-se dizer que a inclusão surgiu como uma alternativa à integração; bem como uma tentativa de eliminar as situações de exclusão em que se encontravam muitos alunos.

3 – Inclusão Escolar na Instituição de Ensino de Tempo Integral D. Pedro II

A Escola Estadual D. Pedro II está localizada na Avenida Murilo Braga n.º 774, no Centro da cidade de Porto Nacional-TO. Foi fundada em 1935 com o nome de Grupo Escolar Padrão D. Pedro II, localizado na Rua Padre Antônio, mais conhecida como rua da cadeia, numa casa de residência do proprietário Sr. Adão Parente (PPP, 2012).

Em virtude da Reforma do Ensino Médio, no ano de 2000, esta Unidade Escolar passou a receber o Ensino Especial com classes Especiais de DV: Deficientes Visuais, DA: Deficientes Auditivos, DM: Deficientes Mentais e Sala de Recursos. Porém, há alguns anos atrás, em consonância com o que diz o artigo 202 da Constituição, a Lei 9394/96 e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), lei n.º 8.069, Eca/1990, esta Escola já praticava a inclusão e inserida em suas salas regulares alunos com déficit intelectual, (PPP).

Atualmente, ano de 2014, a escola trabalha com o ensino fundamental de 1º ao 9º em regime de tempo integral e ensino especial com salas de recursos, observadas em cada caso, a legislação e as normas especificamente aplicáveis como nas propostas curriculares do estado do Tocantins.

Em relação ao ensino especial a escola D. Pedro II, até o ano de 2014, possuía cinco alunos com necessidades especiais, sendo um auditivo e quatro com necessidade especial intelectual. A escola também recebe sete alunos de outras instituições de ensino. Estes alunos ficam um período na sala de aula do regular e duas vezes por semana frequentam a sala de atendimento educacional especializado (AEE), com um total de carga horária de duas horas por dia. Nesta sala, eles são orientados pela professora Maria Pereira da Silva, que é capacitada através de cursos de especialização e formação continuada oferecida pela Secretária Estadual da Educação e Cultura (SEDUC/TO), onde são realizadas palestras voltadas para a inclusão de pessoas portadoras de necessidades especiais. Esse curso é realizado anualmente.

A sala do AEE é uma das estratégias para que a escola seja um espaço de inclusão social. Nesta sala há vários materiais elaborados para trabalhar com os alunos, considerando as necessidades específicas destes. Como exemplo desses materiais, temos para crianças cegas: memória tátil, dominó tátil e baralho, tapete sonoro; máquina em Braille, soroban (instrumento utilizados para cálculos matemáticos) e prancheta para escrita em Braille, operações simples e contagem em sinais; outros materiais utilizados para pessoas cegas: tesouras e teclado em Braille, armário em Braille e, tem ainda, materiais para crianças com dificuldade visual como cadernos e lupas. A sala tem, também, espaços diversificados como o cantinho da leitura. A unidade de ensino também dispõe de interprete da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) Kênia Alves de Sousa, que atua na sala regular auxiliando o professor.

Na realização da pesquisa aplicamos questionário para cinco professores da escola. Os professores são aqui identificados como P1 até P5, sendo que os professores P4 e P5 preferiram responder coletivamente o questionário.

Inicialmente perguntamos: qual o seu conceito e o que significa educação inclusiva? O professor P1 disse que a inclusão envolve a todos no processo educacional. Já os demais destacaram que a educação inclusiva exige o respeito à diversidade.

Um segundo questionamento aos professores foi se eles possuíam alguma especialização para trabalhar com os alunos que possuem necessidades educacionais especiais, e onde e como fizeram? Dos cinco professores entrevistados, apenas o professor P3 não teve especialização, mas já trabalhou com a inclusão. Os cursos foram: um de especialização pela universidade do Pará FASIMAB, um curso voltado para necessidade auditiva; Curso técnico (CAS) Centro de Apoio ao Surdo; Especialização em Libras, cursos técnicos voltados para inclusão no geral e especialização na área de necessidade múltipla; Curso de formação continuada oferecida pelo SEDUC e a disciplina de Libras que é ofertada durante a graduação, em módulo.

Na terceira questão em que perguntei se esses profissionais se sentem preparados para trabalhar com a inclusão, a maior parte demonstra em suas falas que não se sentem preparados. Apenas o P1 diz estar preparado, mas ressalta que necessita de capacitações. Mas, ao responder anteriormente se teve alguma especialização, o mesmo diz que teve apenas na sua graduação, o que se pode afirmar é que não basta a força de vontade ou somente a disciplina de LIBRAS na graduação, é preciso a capacitação, e nesse quesito ele está em déficit. Os professores P4 e P5 disseram que depende da situação do aluno, pois cada aluno tem suas particularidades.

Na quarta questão foi perguntado: que nota você daria para demonstrar o nível de satisfação com a inclusão social na escola D. Pedro II? A maior parte apresentou nota acima da média sete. Apenas os professores P4 e P5 apresentaram o nível de satisfação como boa, pois afirmaram que não era possível avaliar com notas quantitativas. A justificativa para a nota está relacionada à falta de apoio do sistema educacional, dizem ainda que a oferta das disciplinas de Português e Libras devem ser juntas, no entanto a escola tem como linha de trabalho que os alunos podem escolher entre uma ou outra.

Na quinta questão perguntamos se havia resistência de pais de alunos que não possuem filhos com necessidades especiais, em ter no convívio em sala de aula crianças que necessitavam de um maior acompanhamento. Todos disseram que não havia. O professor P2 diz ter boa aceitabilidade desses pais e o P3 diz que a escola abraçou a causa e as crianças especiais são cuidadas por todos da equipe docente, alunos e família. Já os professores P4 e P5 disseram que a equipe docente desenvolve projetos para estar conscientizando e integrando a todos com inclusão. Ressaltaram ainda que esses projetos despertam o olhar das crianças que não possuem necessidades especiais e que se interessam bastante com a língua de sinais.

Na sexta e última questão perguntei: escola tem infraestrutura para a acolhida dos alunos especiais? Os professores P1 e P2 disseram que não, sendo que o P2 ressalta que por isso sua nota de satisfação com a inclusão na escola é 8,0, mostrando assim ter equivocado ao responder as questões quatro e seis. Os professores P3, P4 e P5 disseram que a escola oferece boa estrutura, mas ainda faltam rampas de acesso à quadra esportiva, e o P4 e P5 dizem, ainda, que a sala do AEE precisa ser reformada, destacando que os banheiros e corredores, por serem adequados, são considerados ponto positivo. No decorrer da pesquisa a sala de recursos foi reformada, sendo que esta era uma das solicitações dos professores. Observando as respostas desenvolvidas pelos profissionais, os professores P4 e P5 estão bem integrados com a inclusão na escola, estão sempre buscando formas e meios de fazer com que todos abracem a causa não só na teoria, mas principalmente na prática.

A estrutura física da escola também é uma parte fundamental para que esta seja um espaço para acolher alunos com necessidades especiais. Desde 2001 a unidade de ensino passou por uma adaptação por etapas, para que estivesse de acordo com a acessibilidade dos alunos. A estrutura física da escola D. Pedro II possui 13 salas de aula, destas, uma é destinada para a Educação Especial. Dentre as mudanças da estrutura incluem-se rampas e linhas guia. Já as portas das salas não estão bem adequadas para os alunos cadeirantes, pois não possui uma largura ideal e, algumas salas, não têm rampas nas entradas.

Ainda que a escola tenha passado por estas reformas, no questionário aplicado aos professores, todos eles reconhecem que a escola ainda necessita de melhorias, tanto na parte física quanto na profissional, para que a mesma esteja adequada aos alunos com necessidades educacionais especiais.

Considerações finais

Se cada ser humano tem o seu ritmo de desenvolvimento e aprendizagem, não faz sentido querer que todos aprendam da mesma maneira, assim como serem avaliados da

mesma forma. Também não é aceitável que sendo o aluno portador de deficiência física, sensorial, cognitiva, múltipla, etc., necessite ficar em classes especiais. Se a escola é um espaço onde apreendemos a tratar o outro de forma igualitária, por que os alunos que possuem estas necessidades precisam ficar em espaços separados?

A educação inclusiva ainda é um grande desafio e exige muito trabalho. No decorrer desta pesquisa percebeu-se que desde 2000, quando a Escola de Tempo Integral D. Pedro II passou a receber o ensino especial, várias foram às mudanças no sentido de ser um espaço de inclusão social.

De acordo com toda a pesquisa, observa-se que faz-se necessário maior empenho de alguns da equipe pedagógica, da família dos alunos especiais, assim como do sistema educacional, pois para construir um futuro digno e igualitário será necessário o apoio e participação de todos. Então por que não trabalhar juntos?

A escola inclusiva não é aquela onde o aluno fique segregado em sala especial, mas ela é um apoio no processo de aprendizagem desses alunos. Talvez a primeira impressão ao chegar à escola D. Pedro II seja que, por possuir rampas para cadeirantes, linha guia e toda uma estrutura que vem sendo adaptada para receber esses alunos com necessidades especiais, ela seja uma escola inclusiva, mas, não basta só à parte física adaptada, precisa-se ainda de professores capacitados, e uma gama de profissionais especializados e comprometidos com inclusão no âmbito escolar.

Entre as estratégias realizadas pela escola está à implantação do Atendimento Educacional Especializado (AEE), que é um serviço onde identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade, que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. Não é uma segregação, mas o AEE complementa e/ou suplementa a formação do aluno e constitui-se em oferta obrigatória pelos sistemas de ensino. Assim, deve ser parte integrante do PPP da escola. Durante a pesquisa verificou-se a presença deste atendimento no PPP da escola.

Além da implantação do AEE, a escola D. Pedro II passou por uma adaptação na estrutura física e inclusive dispõe de uma profissional na área de LIBRAS. Apesar dos avanços na área da educação especial, ainda existem muitas barreiras a serem vencidas. Isso inclui não apenas a estrutura física, mas melhor capacitação do corpo docente e profissionais em geral da unidade de ensino.

Referências

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: ago.2013.

JESUS, Sônia Cupertino de. **Inclusão Escolar e a Educação Especial**. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/virtu/files/2010/04/artigo-2a8.pdf>>. Acesso em ago.2013.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar-caminhos e descaminhos, desafios, perspectivas**. In: III Seminário nacional de gestores e educadores. Brasília, 2006.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Declaração de Salamanca: Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em: ago.2013.

ROPOLI, Edilene Aparecida. et. al. **A educação especial na perspectiva da inclusão escolar: a escola comum inclusiva**. Brasília, 2010.

SANTOS, Maria Terezinha da C. T. dos. O projeto político pedagógico, autonomia e gestão democrática. In: ROPOLI, Edilene Aparecida. et. al. **A educação especial na perspectiva da inclusão escolar: a escola comum inclusiva**. Brasília, 2010. p. 11-17.

SOARES, Maria Rosana; PAULINO, Paulo Cesar. **História e tendências da educação inclusiva**. Disponível em: < <http://www.webartigos.com/artigos/historia-e-tendencias-da-educacao-inclusiva/23748/>>. Acesso em: ago.2013.

SUZANO, Marilda. **Gerenciamento e estratégia na inclusão de alunos com deficiência**. Disponível em: < <http://www.webartigos.com/artigos/gerenciamento-e-estrategia-na-inclusao-de-alunos-com-deficiencia/7190/>>. Acesso em: ago.2013.